

ALTERIDADE ÉTICA E DESAFIOS PEDAGÓGICOS

ETHICAL ALTERITY AND PEDAGOGICAL CHALLENGES

ALTERIDAD ETICA Y DESAFÍOS PEDAGÓGICOS



Antonio Sidekum*
antonio.sidekum@gmail.com

REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: SIDEKUM, A. Alteridade ética e desafios pedagógicos.

Revista Pedagógica, Chapecó, v. 19, n. 41, p. 53-62, maio./ago. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v19i41.3836>



RESUMO: O presente texto Alteridade Ética e Desafios Pedagógicos centraliza-se no principal problema da sociedade contemporânea, apresentando a violência que predomina nos países da América Latina. O texto traz as reflexões do Prof. Dr. José María Tojeira, da Universidade Centro-americana, San Salvador, El Salvador. Mostra o fenômeno da violência e quais seriam possíveis estratégias para superar este mal. A violência social e principalmente das violências é a ausência de programas éticos dos políticos; por isso, predomina a corrupção institucionalizada pela fragilidade do desempenho da justiça em nossos países.

Palavras-chave: Filosofia da Libertação. Subjetividade. Subjetivação. Violência. Direitos Humanos.

ABSTRACT: The present text Ethical Alterity and Pedagogical Challenges focuses on the main problem of contemporary society, presenting the violence that predominates in the countries of Latin America. The text brings the reflections of Prof. Dr. José María Tojeira, from Universidad Centroamericana, San Salvador, El Salvador. It shows the phenomenon of violence and what strategies would be possible to overcome this

evil. Social and especially violence is the violence of the absence of ethical programs of politicians, therefore, institutionalized corruption predominates because of the fragility of the performance of justice in our countries.

Keywords: Philosophy of Liberation. Subjectivity. Subjectivation. Violence. Human Rights.

RESUMEN: El presente texto Alteridad Etica y Desafios Pedagógicos, se centra en el principal problema de la sociedad contemporánea, presentando la violencia que predomina en los países de América Latina el texto presenta reflexiones del Prof. Dr. José María Tojeira, de la Universidad Centroamericana, San Salvador, El Salvador. Muestra el fenómeno de la violencia y cuáles serían posibles estrategias para superar este mal. La violencia social y principalmente de las violencias es la ausencia de programas éticos de los políticos, por lo que predomina la corrupción institucionalizada por la fragilidad del desempeño de la justicia en nuestros países.

Palabras clave: Filosofía de la Liberación. Subjetividad. Subjetivación. Violencia. Derechos humanos.



* Dr. Phil. pela Universidade de Bremen, na Alemanha; pós-doutorado pela Universidade de Leipzig, na Alemanha, e pela The Catholic University of America, em Washington/USA. Professor emérito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor visitante e pesquisador na Universidad Centroamericana (UCA) – de San Salvador, El Salvador e da Universidade Federal Fluminense (UFF), Volta Redonda/RJ. Membro do Projeto de Pesquisa: Violação dos Direitos Humanos na ditadura militar no Sul Fluminense/ RJ. Membro do Grupo de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Subjetivação no Pensamento Contemporâneo, CNPq, do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
E-mail: antonio.sidekum@gmail.com

1 NOTAS PRELIMINARES

O momento atual tem inúmeras exigências para que se faça uma importante e profunda reflexão filosófica sobre o sentido ético das circunstâncias nas quais acontecem as grandes incertezas que a humanidade vive em face da negação da dignidade e subjetividade. É o momento que exige um esboço sério da investigação e do diálogo intercultural perante os grandes desafios impostos pela secularização, mundialização da economia e da globalização. A proposta desafiadora ética do presente irá sustentar-se no seio de uma perspectiva da interação dos meios filosóficos mais críticos que falam dos difíceis momentos da história para se tratar criteriosamente da memória, da plenitude da subjetividade e da justiça. A importância dos objetivos propostos para a realização desta tarefa de conscientização histórica reside no fato do redimensionamento da subjetividade passar do céu absoluto, no qual reside durante toda a idade moderna uma fundamentação última e inquestionável da concepção do sujeito apodítico para a subjetivação do ser humano na via que leva para a mais perfeita construção da dignidade humana.

O momento da crise ética do nosso país e de tantos outros na América Latina, brota da ausência de compromisso e responsabilidade para com a verdade e para com a justiça. Nesta direção encaminham-se os passos, mesmo que ainda sejam trêmulos, para uma interpelação ética gritada exigindo o pleno respeito e o reconhecimento da subjetividade que requer mais dignidade humana. Para essa superação dialética nada mais nos será possível realizar através da concepção racionalista e idealista que ainda são predominantes nos meios acadêmicos que, por sua vez, necessitam ser pensados criticamente para evitarmos seu pleno declínio.

O grande mérito da filosofia latino-americana da libertação é a tentativa de instaurar uma interpelação ética para um pleno processo de conscientização da pessoa humana, que, assim, poderá realizar plenamente sua vida com dignidade e viver na verdade.

Na filosofia da libertação, não há espaço para a concepção reducionista e individualista do ser humano. De imediato nossa proposta depara-se com o desafio da corresponsabilidade, compromisso histórico na inserção da construção da consciência histórica; afinal, a restauração da promoção da dignidade humana leva às raízes do processo histórico da palavra que possibilita o autêntico diálogo entre os sujeitos humanos e entre o ethos cultural na sua genuína diversidade. Que exista na mesa do diálogo o direito à voz de todos justamente pela dignidade humana que é intangível. É nesta relação dialógica que emerge a pergunta pela verdade. Conhecemos o momento da agonia vivido por Jesus Cristo diante do poderoso Pontius Pilatus. É justamente no pretório onde Pilatus fará a pergunta àquele que se tornou o mais excluído, humilhado,

torturado entre todos os homens: *Quid veritas est?* E Pilatus fez esta pergunta: “O que é a verdade?” à própria verdade. Na continuação da história política, continua-se a brincar com a verdade histórica do povo, existe sempre um Pilatus escondido no sistema dos discursos das autoridades políticas nas suas falácias e demagogias que vêm sempre carregados por novas falácias e mentiras, seja isto no Supremo Tribunal da Justiça ou em outras esferas do poder, principalmente quando esta fala circunstancial diz respeito aos direitos humanos. E o sistema encurrala na via crucis multidões formadas por milhões de pessoas sem liberdade tendo de carregar sua dignidade humana cada vez mais arruinada em um processo de supressão.

Nossos povos originários, moradores das terras da Abia Yala, tornaram-se pela imposição do sistema jurídico colonialista, “*estrangeiros dentro de sua própria pátria*” e têm a sua cultura destruída, tiveram de conviver com a proibição dos idiomas de seus antepassados, de ver e assistir à destruição de seus sítios sagrados, sua religião, devastação da sacralidade da alimentação e da medicina e apenas lhes restando a utopia da *Terra sem Males*. A violação dos direitos humanos acontece pela negação da verdade. A justiça sempre será o clamor da verdade. Esta circunstância histórica violenta praticada contra o oprimido clama profeticamente por justiça. Esta relação é o cerne da filosofia da libertação, pois haveremos que falar explicitamente do rosto histórico concreto do latino-americano. É nesta perspectiva em que a filosofia da libertação fala de sujeitos concretos, dos sujeitos excluídos e que sofrem as mais violentas injustiças no sistema institucionalizado. A Filosofia da libertação abre seu discurso na interpelação ética.

A filosofia da libertação desvela uma novidade: o rosto do oprimido. Esta alteridade é realidade na atual história da América Latina. Este rosto clama por justiça e se revela na história concreta do índio, que é feito estrangeiro e oprimido na sua própria casa. Esta é também a realidade dos agricultores pobres e marginalizados e são impelidos para viverem num espaço da miséria profunda onde lhes é negada toda forma de dignidade humana. Eles permanecem na periferia do poder político e econômico, não possuem mais reconhecimento humano, tendo perdido suas terras, seu status social e sem esperanças no futuro. (SIDEKUM, 2015, p. 195).

A filosofia da libertação introduz um novo humanismo a partir da ética da alteridade contemplada pelos filósofos tais como de Emmanuel Levinas, Enrique Dussel, Dina Picotti, Ignacio Ellacuría, Hector Samour, Raúl Fonet-Betancourt, entre outros.

Os pais fundadores da Filosofia da Libertação se ocupam da tarefa de elevar cada vez mais à condição de sujeito o povo latino-americano; porém, sempre como sujeito

consciente no seu difícil processo pedagógico histórico. Então, aqui reside a necessidade imperiosa de se superarmos a egologia ou a egolatria, como fala Levinas, e superar o euro-centrismo da subjetividade. Nesta perspectiva trataremos do tema da memória e história, tendo em um primeiro momento o assunto ético mais preocupante que é o da violência.

2 MEMÓRIA E HISTÓRIA: UM CONFRONTO COM A VIOLÊNCIA

Sempre ficou difícil para que governos aceitem participar de convenções e firmar algum documento sobre a exclusão social. O tema da exclusão social não interessa aos governantes fora das campanhas eleitorais ou nas negociações dos apoios para a governabilidade.

O Prof. Dr. José María Tojeira, diretor de Pastoral Universitária e ex-reitor da Universidade Centro-americana de El Salvador escreveu no dia 23 de abril de 2015, no Editorial¹ da página oficial da UCA, um importante texto de reflexões sobre a exclusão e sobre a violência. Temos a certeza de que as reflexões transmitidas pela voz firme do Prof. Tojeira, que é um corajoso mensageiro para uma cultura da paz, contribuirão enormemente com os objetivos da nossa proposta da Filosofia da libertação enfatizando os temas atuais da: *Memória, Subjetividade e Justiça*. Afinal, o momento histórico tem uma exigência que é a solidariedade que brota na reflexão como contraponto à violência e a exclusão social para que se possam encontrar novas soluções e para fazer frente a este mal provocado pelo sistema-mundo, tão bem analisado por Immanuel Wallerstein (1974)² e Enrique Dussel (2000)³.

Passo para uma breve análise do texto do Prof. Dr. Tojeira da Universidade Centro-americana de San Salvador, El Salvador. Apresentarei parte de sua mensagem sobre a violência em nossos países latino-americanos.

Com a apresentação do Prof. Tojeira, vemos que o contexto da violência e da terrível exclusão social nos apresenta características que são comuns em toda América Latina. O termo violência não tem suas origens meramente na análise da ideologia marxista, deveremos saber que o tema da exclusão tem suas raízes lançadas ao longo da história da civilização e vem sendo refletido, desde muitos anos sem distinção ideológica. Muitos países tornaram a reflexão sobre a exclusão uma verdadeira fonte de conhecimento e causa de um novo tipo de violência que tem seu desenvolvimento desde as revoltas e manifestações violentas nas ruas, tanto nas diversas etapas da Revolução Industrial até nas formas mais sofisticadas e surpreendentes do terrorismo estatal contemporâneo (BERNARD, 2006).⁴ De fato, o capitalismo e a cultura unidimensional contemporânea se encaminharam com toda força para a consagração ao forte individualismo que deixa completamente a pessoa com sentimentos íntimos e profundos de insegurança

1 Intitulado *Reflexiones sobre la exclusión* (TOJEIRA, 2015).

2 Refere-se à obra: *The Modern World System* (WALLERSTEIN 1974).

3 Ver: *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão* (DUSSEL, 2000).

4 Ver a obra *A Fábrica do Terrorismo* (BERNARD, 2006).

existencial e viverá no temor em razão dos perigos que nem sempre são claramente definidos. Temos de levar em consideração que as condições sociais e econômicas de grupos amplos da população não facilitam o desenvolvimento pessoal ou criam situações de inferioridade para as pessoas excluídas e segregadas tanto pela razão étnica ou condição socioeconômica ou pela explosão social que estão sempre mais iminentes.

Surgem, assim, desde este abandono social, os excluídos. Pessoas que não somente não estão assimiladas pelo desenvolvimento, mas que na prática a sociedade considera-as inassimiláveis. E é precisamente essa exclusão, esse fato de encontrar fechados os caminhos para o desenvolvimento pessoal e para o que a sociedade cataloga como vida decente, e é essa a exclusão que provoca explosões. Enquanto se tem a esperança de sair adiante, aguenta-se tanto a miséria como a exclusão. Porém, quando esta exclusão é sentida como irrevocável, a rebeldia não tarda em aparecer, ao menos em alguns setores. Surgem de novo entre os sociólogos as análises do que se poderia chamar como “classes sociais perigosas”. E não somente entre eles, mas também no sentir popular surgem essas meio-brincaadeiras, meio tragédias para rebatizar zonas chamando-as, “excluídos” ou quaisquer outras ocorrências injustas e que os denigram. Existem, em nossos países, comunidades e colônias que na linguagem comum se consideram perigosas, as mais das vezes injustamente para uma grande maioria de pessoas boas que vivem nas mesmas.

Tratar o tema da violência sem refletir sobre a exclusão “seria impossível.” E não faltam os ignorantes, quando não mal-intencionados dentro de nossas supostas elites que acusam de estar defendendo criminosos os que pensam sobre estes temas. Como se debater sobre as causas da violência constituísse um delito quando não está a favor dos interesses dos poderosos econômicos ou políticos. O medo é que – no final das contas, ao abordar o tema da exclusão – se acabe golpeando interesses econômicos muito concretos. Ou que se descubra a miséria da maioria de nossos políticos, tanto de esquerda como de direita, que se mostraram incapazes de enfrentar o problema.

E que não se diga que não existe exclusão em nosso meio social e nos países em geral da América latina. Porque existem excluídos do direito à pensão, excluídos de uma saúde decente, excluídos de educação de qualidade, excluídos do Seguro Social, excluídos de um salário digno, excluídos do direito à segurança ou desse direito supremo de poder escolher livremente o rumo da própria vida em coerência com capacidades e gostos. A resposta de que alguém se esforça, luta e caminha e que possa sair mais adiante é falsa para muitos. Porque, às vezes, se pedem esforços sobre-humanos ou porque ainda que estes se façam, mas eles não alcançam os objetivos propostos, dadas as dificuldades existentes. E se não se criar isto, pode-se perguntar a nossos migrantes se todos conseguem seu sonho

fora do país. Sonhos que foram forjados precisamente porque aqui são excluídos e inclusive excluídos da possibilidade de sonhar.

A violência sempre será uma tentação para muitos, porque a cultura do autoritarismo e a força bruta seguem tendo peso no âmbito econômico, militar, do noticiário e em outras amplas esferas públicas incluídas e na própria religião.

A exclusão é, de fato, uma forma de violência. Quando não se acorda para as reações esperadas ou possíveis é porque a maioria das pessoas é boa e tem uma série de valores que continuam a protegê-los contra a dureza da situação. E, como uma forma de violência que é a exclusão, ela gera um tipo muito especial de violência. A violência que não vê qualquer passagem decente, organizando formas paralelas de rebeldes, fazendo surgir bandidos e replicantes que são cada vez mais insensíveis, duros e violentos, a violência projetada em si dos que foram vítimas. Uma violência que se torna cada vez mais dura, porque a esses grupos excluídos não lhes pertence apenas o pobre, mas as pessoas de classe média, que se sentem vulneráveis e suas chances são truncadas por interesses existentes institucionalizados que criam as dificuldades para ter sucesso, a escassez de possibilidades, organizações políticas e econômicas estão fechadas para a mobilidade social.

A incorporação se dá muito menos em massa do que na classe média importante do mundo dos excluídos e de lá para o mundo das “classes perigosas” cria-se um tecido difícil de romper-se. Pensar mais e falar sem medo dessas questões é essencial para enfrentar com êxito a violência que está enraizada na violência estrutural da nossa “realidade”. O que não deveria estar na luta contra a violência está agravando-a. Ninguém pode dizer que é um problema muito sério em nosso país, (como nos demais países latino-americanos), mas gritar, destruir, incentivar o violento, endurece mais ainda a mão forte que somente serve para aumentar o medo e as reações irracionais. Agora aparece a figura de um velho militar dizendo o que se faz a partir de atitudes repressivas é uma vergonha, uma vez que falhou com a força bruta no momento da violenta ditadura cívico militar e tem sido bem marcado como violadores dos direitos humanos. Certamente, os militares não são especialistas na luta contra o crime. E, quando chegam, geralmente estragam as coisas, embora possa haver exceções. Vimos como eles têm aumentado as penas e se vê como ao mesmo tempo a circunstância que aumentou ainda mais o nível de violência. Dessa forma, endurecer as penas, lançar mão ou tomar medidas duras de qualquer espécie apenas prejudicam a população em um momento em que não há oportunidades abertas de emprego, de uma educação de melhor nível ou expectativas de melhorar o nível de vida.

Aqueles que optam pela mão pesada não percebem que eles querem consertar a casa começando pelo telhado, quando o que está errado é a fundação. A mistura explosiva

de pobreza, de baixa escolaridade, da alta densidade populacional, notáveis desigualdades dolorosas, a corrupção, a impunidade, a fragilidade das instituições na aplicação da lei e da justiça não é resolvido com uma mão pesada. A única maneira é pacientemente começar a desinstalar essas fundações e investir nas pessoas e no fortalecimento das instituições da justiça, do econômico e social. A gritaria vingativa e violenta contra os criminosos pode fornecer alívio em alguns momentos; mas, no geral, contribui apenas para se contrair sobre o meio ambiente, de salientar para as pessoas, para introduzir medo e desconfiança dentro da convivência.

Discutir sobre a violência leva-nos a conhecer as fortes injustiças existentes e intocadas, a desigualdade desenfreada e as fraquezas institucionais. Isto é simplesmente perda de tempo. A violência criminal é um fenômeno social e como tal deve ser tratado. Vai responder apenas ou principalmente com violência, não fixa qualquer coisa. Tudo que faz é para mostrar mais claramente o quão doente é a sociedade na qual ocorre a violência. Para as empresas que apenas sabem ir para a hierarquia para resolver seus conflitos estão doentes e fadadas ao fracasso. Tampouco excessivamente politizadas são as situações. A violência é um problema de todos e as soluções devem ser buscadas para todos. Quando é generalizada e grave, qualquer partido que chega ao poder deve procurar o apoio dos outros se quiserem corrigir o problema. Normalmente apostamos nas ideologias partidárias, mas de que carecemos é de um autêntico projeto de nação. Em algum momento, é preciso quebrar o hábito de sempre olhar para a oposição cega em questões estruturais, por medo de que, se as coisas vão bem, a pessoa lhe venha cobrar pelo prestígio.

A empresa privada, que é tão crítica, confundindo muitas vezes os seus interesses sindicais com os interesses nacionais, deve ouvir com mais atenção para a sensibilidade da voz dos pobres. E, especialmente, admirar a sua responsabilidade, como sendo um grupo de forte liderança social, para promover os direitos básicos universais. Os mesmos jornalistas que chegam a resistir, às vezes, é por medo dos proprietários dos meios de comunicação social e no medo para desempenhar essas mesmas questões.

A violência em curso não pode ser vista separadamente tanto da cultura como da injustiça social. Séculos de violência e tentativas em resolver os problemas através da hierarquia representam uma tendência quase instintiva em muitos casos para responder à violência com violência. Mesmo quando se quer que apareçam frases sábias ou processos de civilização, como que para olhar sobre a força da razão pela qual em tempos de crise que é desenhada tornando-se muito mais fácil para chorar arrependido. É, geralmente, com uma enorme hipocrisia que se criam e unem forças para ir à guerra contra o crime, dizem alguns, mas outros o farão. Isso não resolve os problemas. Ao contrário, os multiplica. Buscar acordos nacionais de

desenvolvimento; programar, como já algumas empresas o fazem, de investimento e trabalho juvenil; ampliar a cobertura nacional do (ensino secundário), técnico ou acadêmico, até universalizá-lo; apoiar mais decididamente tanto a segurança e a capacidade de investigar como é a formação e as prestações de serviços da Polícia; fazer uma revisão e avaliação profunda do nosso sistema de justiça são medidas muito mais eficazes que as penas duras, que os gritos de guerra ou as análises estúpidas apresentam dizendo de que é desde a estratégia militar que se pode derrotar o crime.

Essas reflexões trazidas a partir do posicionamento do Prof. Tojeira revertem-nos ao tema da verdade e da intersubjetividade, pois, como sabemos, toda violência provoca o grito de interpelação ética perante a injustiça que é cometida. A justiça assume uma proporção grandiosa do tempo do outro, ela está inserida no tempo messiânico.

A questão do justo é o horizonte messiânico que move o Direito. Ela redimensiona todos os decretos e todas as prescrições segundo a temporalidade do futuro e abre, assim, o julgamento sobre sua própria redenção, sobre a alteridade radical de seu amanhã sempre matricialmente misericordioso. (BENSUSSAN, 2009, p. 175).

A violência é também denominada como violência institucionalizada quando este duro e frio ato impregna-se na ordem procedural de um julgamento, que condena um réu a variadas penas e inclusive à morte. Por isso, a condenação de um justo terá sua memória confessada publicamente, sob a ordem da justiça com tempo messiânico. E a história jurídica ao condenar à morte um justo, o juiz não terá mais escolhas a não ser a condenação infinita de repetir a pergunta: *Que é a verdade?* Por maior que seja a violência, a pergunta pela verdade não se calará; afinal, somente na verdade se dará a justiça.

A filosofia é obrigada a responder ambas as perguntas relativas à verdade (“O que é verdade?” e “O que é a verdade?”) por isso a verdade filosófica não pode ser completamente epifânica. Quando Jesus disse: “Para isto vim ao mundo: para dar testemunho da verdade (Jo. 18, 37) revelou “o que” é verdade, portanto não necessitou entrar em especulações acerca da essência da verdade. A pergunta de Pilatus ou, melhor dito, a réplica a esta. “Que coisa é verdade?” é filosófica em um sentido estrito e também, mesmo que não necessariamente, cética. (HELLER, 1999, p. 158).

3 CONCLUSÃO

Segundo as linhas centrais da reflexão, veremos que não será fácil delinear os pesados e duros temas da nossa contemporaneidade. Tratar da memória não

será mais o que foi tratado no sentido mitológico da Filosofia da Antiguidade na Grécia ou no Iluminismo, mas aponta-nos uma senda que é a passagem do *mithos* ao *logos* para dar a arqueologia possível pela palavra e pela verdade. A palavra desvela a verdade. Basta observarmos a história para vermos como a verdade foi em incontáveis momentos ocultada e negada ao ser humano pelas falácias do discurso político. A população da América Latina, ou seja, os povos da Abia Yala ao serem conquistados e dominados pela expansão europeia tiveram não apenas encoberta sua subjetividade, sua condição de humana, mas negada. Seus sítios sagrados eram queimados, sua cultura de alimentos espoliada, campos agrícolas destruídos, as riquezas naturais levadas para a Europa. Esses povos eram considerados não humanos, considerados sem alma. A memória na América Latina deverá ser resgatada desde sua arqueologia que trata do sagrado, do mito e terá que perpassar os séculos reconstruindo com uma linguagem filosófica e teológica nova. No desvelamento do ser da verdade na América Latina, não será mais o encantamento, ou de um jogo da linguagem pela ardilosa filosofia analítica, mas terá de erguer os monumentos da sabedoria e dar lugar à comunidade da comunicação real da vida. Por isso, seguindo os objetivos da filosofia da libertação, cobra-se sempre maior responsabilidade e engajamento na revelação da verdade que dirá respeito às violações dos direitos humanos na negação da própria subjetividade e da liberdade humana. Na atualidade, o fenômeno da violência é o grande desafio. Como entender a violência na contextualização histórica e na leitura hermenêutica dialógica? Tratar dessas questões requer um redirecionamento da história da filosofia que possibilite ao povo uma radical *metanoia*.

REFERÊNCIAS

BENSUSSAN, Gérard. **O Tempo messiânico**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2009.

BERNARD, François de. **A Fábrica do Terrorismo**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2006.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HELLER, Agnes. **Una Filosofía de la historia en Fragmentos**. Barcelona: Gedisa, 1999.

SIDEKUM, Antonio. **Levinas e a Filosofia da Libertação**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2015.

TOJEIRA, José María. **Reflexiones sobre la exclusión.** Director de Pastoral Universitaria – UCA. Disponível em <<http://www.uca.edu.sv/noticias/texto-3605> > Acesso em 3 abr. 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System.** Nova York: Academic Press, 1974.

Recebido em: 30/05/2017

Aprovado em: 31/07/2017